

HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA

Estudo Técnico Preliminar 90/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1 O Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) tem como missão institucional prestar assistência médico-odontológica e hospitalar aos usuários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), aos beneficiários da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército (PASS), aos beneficiários do Sistema de Atendimento Médico aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED), aos beneficiários do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes (SAMEX-CMB), bem como aos militares e dependentes das demais Forças Armadas e aos Soldados do Efetivo Variável incorporados anualmente nas Organizações Militares da Guarnição de Juiz de Fora e guarnições apoiadas, cumprindo, assim, papel essencial na Rede de Saúde do Exército Brasileiro.

2.2 Para o adequado desempenho dessa missão, o HGeJF dispõe de diversas áreas assistenciais, incluindo Clínicas Médicas, Divisão de Odontologia, Laboratório de Análises Clínicas, Serviço de Fisioterapia, Centro de Diagnóstico por Imagem, Posto de Atendimento Médico de Urgência e Unidade de Internação, responsáveis pelo atendimento integral e contínuo aos pacientes, conforme protocolos e normativas vigentes do Sistema de Saúde do Exército.

2.3 A presente contratação beneficiará de forma direta todas as especialidades atendidas pela Organização Militar de Saúde, em consonância com o que foi previsto e aprovado no Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx/2026), garantindo adequação da capacidade operacional aos parâmetros de atendimento estabelecidos pelo Comando do Exército.

2.4 A aquisição dos materiais ora proposta visa à renovação e à adequação do parque tecnológico de equipamentos médico-hospitalares, assegurando a continuidade da qualidade dos serviços prestados, a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, a conformidade com normas sanitárias e de biossegurança, bem como a eficiência no fluxo assistencial. Ademais, a modernização dos equipamentos permitirá ampliar a capacidade de atendimento interno, reduzindo a necessidade de encaminhamentos a Organizações Civis de Saúde (OCS) conveniadas, otimizando recursos e promovendo maior economicidade ao Sistema de Saúde.

3. Área requisitante**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1 Considerando as alternativas disponíveis no mercado para atendimento da presente demanda, foi realizado levantamento técnico junto aos setores requisitantes, com o objetivo de identificar as características essenciais dos equipamentos a serem adquiridos. As informações obtidas permitiram definir requisitos mínimos de desempenho, qualidade, segurança e durabilidade, de forma a garantir a continuidade dos serviços assistenciais, evitar interrupções no atendimento e promover a necessária atualização do parque tecnológico do HGeJF.

4.2 A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar consiste na aquisição de equipamentos médico-odonto-hospitalares, cujas especificações técnicas, quantidades, condições de fornecimento e demais parâmetros encontram-se detalhados no Termo de Referência que integra o presente processo.

4.3 Não há necessidade de capacitação específica ou credenciamento complementar de militares ou servidores para o recebimento e utilização dos equipamentos, tendo em vista que a operação será realizada por profissionais já habilitados no âmbito das respectivas áreas técnicas e assistenciais.

4.4 A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência, assumindo como seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada entrega do objeto, incluindo, no mínimo:

4.4.1 Efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, dentro dos prazos, quantidades e local designados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal contendo marca, modelo, fabricante, número de série, país de origem e prazo de garantia;

4.4.2 Providenciar, às suas expensas e dentro do prazo definido no Termo de Referência, a substituição, reparo ou correção de quaisquer equipamentos que apresentem defeitos de fabricação, avarias ou não conformidade com as especificações técnicas contratadas;

4.4.3 Informar formalmente à Contratante eventual necessidade de alteração de prazo ou condição de entrega, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente fundamentada;

4.4.4 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica que ensejaram sua contratação.

4.5 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, ou período superior previsto pelo fabricante, abrangendo peças, mão de obra e assistência técnica, sem ônus adicional à Administração, conforme legislação aplicável e condições estabelecidas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para elaboração da estimativa de preços e verificação da disponibilidade de fornecedores aptos a atender às especificações técnicas dos itens solicitados, realizou-se levantamento de mercado, nos termos do art. 23, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e seguindo a metodologia prevista na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024, contemplando a análise de soluções alternativas existentes.

5.2 Foram identificadas, entre as soluções ofertadas pelo mercado, as seguintes possibilidades para atendimento da demanda:

5.2.1 Aquisição direta de equipamentos novos, com garantia mínima de fábrica;

5.2.2 Locação operacional, com fornecimento de assistência técnica preventiva e corretiva inclusa;

5.2.3 Comodato vinculado ao consumo de insumos específicos (prática usual em determinadas linhas laboratoriais e odontológicas);

5.2.4 Fornecimento de equipamentos remanufaturados ou reconicionados, com garantia estendida e laudo de conformidade técnica.

5.3 Considerando a natureza contínua e essencial dos serviços de saúde prestados pelo HGeJF, bem como a necessidade de estabilidade operacional, padronização e segurança clínica, a solução de aquisição direta de equipamentos novos mostrou-se a mais adequada, uma vez que:

5.3.1 Assegura propriedade e disponibilidade plena dos equipamentos;

5.3.2 Permite controle direto da manutenção e reposição de peças;

5.3.3 Reduz riscos de paralisação decorrentes de dependência de contratos de terceiros;

5.3.4 Evita a vinculação compulsória de compra recorrente de insumos a fornecedor específico, mitigando risco de mercado cativo.

5.4 O levantamento de preços incluiu:

5.4.1 Consultas a fornecedores especializados;

5.4.2 Pesquisas em plataformas oficiais (Compras.gov.br, Paineis de Preços, PNCP);

5.4.3 Cotações formais encaminhadas diretamente a empresas do setor, quando necessário, para complementação dos parâmetros de mercado.

5.5 Para fins de equivalência técnica, foram considerados equipamentos que atendessem aos requisitos de:

5.5.1 Desempenho operacional;

5.5.2 Durabilidade e ciclo de vida útil adequado ao ambiente hospitalar;

5.5.3 Atendimento às normas sanitárias, de biossegurança e certificações obrigatórias, tais como registro na ANVISA e certificação INMETRO e/ou selo ENCE, quando aplicável.

5.6 As pesquisas de mercado confirmaram a existência de fornecedores com capacidade técnica e logística para atendimento ao objeto, permitindo a definição de parâmetros compatíveis com os preços praticados no segmento e subsidiando a estimativa de custos necessária para comprovação da vantajosidade, conforme art. 6º, XX, e art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.7 As memórias de cálculo, cotações recebidas, registros documentais das pesquisas, relatórios e telas extraídas dos portais oficiais encontram-se anexos a este Estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos médico-odonto-hospitalares novos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, com o objetivo de garantir a continuidade, eficiência, segurança e qualidade dos procedimentos assistenciais realizados no Hospital Geral de Juiz de Fora, bem como assegurar a manutenção da capacidade instalada e a adequação tecnológica dos serviços de saúde prestados.

6.2 Os bens a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente regularizados junto à ANVISA, com certificação de conformidade do INMETRO, quando aplicável. Para os equipamentos sujeitos a requisitos de eficiência energética, será obrigatória a apresentação do Selo ENCE, emitido no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), de acordo com a legislação vigente.

6.3 Os equipamentos deverão atender às normas técnicas nacionais e internacionais de referência, especialmente quanto a:

6.3.1 desempenho operacional;

- 6.3.2 ergonomia e segurança do paciente e do operador;
- 6.3.3 biossegurança e compatibilidade eletromédica;
- 6.3.4 requisitos sanitários estabelecidos nas Resoluções RDC/ANVISA aplicáveis à classe do produto e ao ambiente assistencial onde serão utilizados.

6.4 A contratação abrangerá o fornecimento, entrega, instalação, calibração (quando exigida), testes de aceitação e treinamento operacional básico aos profissionais usuários, assegurando o uso correto e seguro dos equipamentos desde o início da operação.

6.5 Foram considerados os aspectos de compatibilidade com a infraestrutura física e tecnológica existente, tais como capacidade elétrica, ventilação/exaustão, rede lógica (quando aplicável), mobiliário e espaço físico, de modo a evitar adequações posteriores, retrabalhos ou interrupção das atividades assistenciais.

- 6.6 A presente solução mostra-se adequada e vantajosa à Administração, pois:
- 6.6.1 promove a renovação e atualização do parque tecnológico;
 - 6.6.2 melhora a qualidade do atendimento e da segurança clínica;
 - 6.6.3 aumenta a precisão diagnóstica e a eficiência operativa;
 - 6.6.4 reduz riscos inerentes à utilização de equipamentos defasados;
 - 6.6.5 diminui a necessidade de encaminhamentos para Organizações Cívicas de Saúde (OCS), gerando maior economicidade ao Sistema de Saúde do Exército.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades decorre das necessidades apresentadas pelos setores requisitantes, conforme solicitações formais registradas nos processos internos de demanda, devidamente justificadas com base nas condições operacionais atuais do Hospital Geral de Juiz de Fora. Tais necessidades foram registradas, consolidadas e aprovadas no Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx/2026), que fundamenta a presente contratação.

- 7.2 As quantidades foram definidas levando-se em consideração:
- 7.2.1 o volume de atendimentos e procedimentos realizados;
 - 7.2.2 a capacidade instalada atualmente disponível;
 - 7.2.3 a necessidade de renovação e modernização do parque tecnológico, mediante substituição de equipamentos obsoletos, inoperantes ou cuja manutenção apresente custo elevado ou inviabilidade técnica;
 - 7.2.4 e, quando aplicável, a ampliação da capacidade assistencial para atender à demanda crescente.

7.3 As demandas apresentadas pelos setores foram consolidadas pela Seção Requisitante e validadas pela área técnica responsável, de modo a assegurar que os quantitativos propostos sejam suficientes para manter a regularidade, a segurança e a qualidade das rotinas assistenciais, evitando descontinuidade nos serviços.

7.4 As quantidades previstas são estimativas, podendo ser ajustadas durante o andamento da contratação, conforme faculta a Lei nº 14.133/2021, desde que preservadas a vantajosidade, a adequação técnica da solução e a justificativa que deu origem ao presente Estudo Técnico Preliminar.

7.5 Os quantitativos específicos, por item, encontram-se detalhados no Termo de Referência, que integra este Estudo Técnico Preliminar como documento complementar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.341.636,38

8.1 **R\$ 3.341.636,38** (três milhões, trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em atendimento ao disposto no art. 23, inciso VII e §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que esta medida se revelar técnica e economicamente vantajosa, visando ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

9.2 Para avaliar a possibilidade de parcelamento, foram examinadas as características técnicas, a finalidade de uso e a alocação funcional dos equipamentos no fluxo assistencial do Hospital Geral de Juiz de Fora. Constatou-se que os itens possuem naturezas distintas, destinam-se a setores diferentes e não apresentam relação de interdependência operacional que exija fornecimento conjunto.

9.3 A análise técnica demonstrou que não há prejuízo à padronização, interoperabilidade ou continuidade dos serviços caso os equipamentos sejam adquiridos de fornecedores distintos, uma vez que:

- 9.3.1 os equipamentos atuam em processos assistenciais independentes;
- 9.3.2 não há necessidade de integração obrigatória entre sistemas;
- 9.3.3 não se verifica dependência de compatibilidade proprietária entre marcas e modelos.

9.4 Diante disso, conclui-se que o parcelamento por item é a solução mais adequada, pois proporciona:

- 9.4.1 ampliação da participação de fornecedores, inclusive de pequeno e médio porte;
- 9.4.2 incremento da competitividade entre empresas especializadas por linha de produto;
- 9.4.3 potencial redução dos preços unitários, pela concorrência itemizada;
- 9.4.4 mitigação de riscos, evitando dependência excessiva de um único fornecedor.

9.5 A estruturação da licitação por itens, e não por lotes, atende ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), bem como ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, permitindo que cada item seja disputado por fornecedores tecnicamente aptos àquele tipo específico de equipamento.

9.6 Assim, justifica-se o parcelamento por item, uma vez que:

- 9.6.1 não há prejuízo à padronização tecnológica;
- 9.6.2 não há necessidade de fornecimento por um único fornecedor;
- 9.6.3 a divisão do objeto favorece a economicidade, competitividade e transparência do certame;
- 9.6.4 atende integralmente à orientação legal de evitar a contratação de forma agregada quando esta restringe o mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A presente contratação não está condicionada à existência ou realização de outras contratações para sua efetiva implementação. Os equipamentos médico-odonto-hospitalares objeto deste Estudo Técnico Preliminar possuem autonomia funcional, podendo ser plenamente utilizados dentro da infraestrutura atual do Hospital Geral de Juiz de Fora.

10.2 Eventuais atividades de instalação, calibração, validação, configuração e treinamento operacional básico serão de responsabilidade da empresa contratada, conforme previsto no Termo de Referência, não caracterizando contratação adicional, complementar ou dependente.

10.3 A análise técnica das condições da infraestrutura física, elétrica e tecnológica existente demonstra que não há necessidade de obras, adequações estruturais ou contratação de novos sistemas de suporte para a operacionalização dos equipamentos, o que reforça a independência da presente contratação.

10.4 Não foram identificadas contratações paralelas, em curso ou planejadas, que influenciem, condicionem ou interfiram na execução do objeto, não havendo interdependência logística, técnica ou contratual com outras aquisições em andamento no âmbito do HGeJF.

10.5 Assim, conclui-se que a presente contratação é autônoma e independente, não havendo justificativa técnica que indique vinculação a outros objetos, agrupamento por lote ou execução em fases sequenciais, atendendo ao princípio da objetividade e racionalidade do gasto público.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se integralmente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA/2025) e ao Plano Diretor de Logística / Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do Hospital Geral de Juiz de Fora, atendendo às diretrizes estratégicas de manutenção da capacidade operativa, modernização tecnológica e melhoria contínua da qualidade assistencial no âmbito do Sistema de Saúde do Exército.

11.2 A necessidade foi devidamente registrada, justificada e priorizada no Documento de Formalização da Demanda (DFD), em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e com o fluxo metodológico estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024, o que assegura o atendimento ao princípio do prévio planejamento das contratações públicas.

11.3 A aquisição dos equipamentos médico-odonto-hospitalares contribui diretamente para o alcance dos objetivos institucionais do HGeJF, ao promover:

- 11.3.1 o aperfeiçoamento da infraestrutura assistencial disponível aos usuários;
- 11.3.2 o fortalecimento das condições de segurança e biossegurança nas rotinas clínicas;
- 11.3.3 a continuidade e eficácia dos serviços essenciais de saúde disponibilizados à família militar, servidores, dependentes e demais beneficiários atendidos.

11.4 A contratação está compatível com a programação orçamentária vigente, com dotação prevista no exercício correspondente, assegurando viabilidade financeira, observância às regras de responsabilidade fiscal e aderência ao ciclo de planejamento e execução de despesa pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos equipamentos médico-odonto-hospitalares contribuirá para o fortalecimento da capacidade assistencial do Hospital Geral de Juiz de Fora, apoiando a melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde prestados à família militar, servidores civis, dependentes e demais beneficiários atendidos.

12.2 A aquisição possibilitará a substituição de equipamentos obsoletos, inoperantes ou com manutenção economicamente inviável, reduzindo riscos clínicos e operacionais, promovendo maior segurança ao paciente, aos profissionais de saúde e às rotinas hospitalares, em conformidade com os princípios de segurança assistencial e boas práticas clínicas.

12.3 Os novos equipamentos atenderão às normas sanitárias e regulatórias vigentes, incluindo:

12.3.1 registro sanitário na ANVISA;

12.3.2 certificação de conformidade INMETRO, quando aplicável;

12.3.3 Selo ENCE de eficiência energética para os itens submetidos ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE);
assegurando confiabilidade técnica, biossegurança, eficiência e conformidade legal.

12.4 A modernização do parque tecnológico proporcionará:

12.4.1 maior precisão diagnóstica e eficácia terapêutica;

12.4.2 redução do tempo de atendimento e aumento da capacidade de resposta assistencial;

12.4.3 diminuição de paralisações decorrentes de falhas operacionais;

12.4.4 continuidade das rotinas clínicas, sem prejuízo ao fluxo de pacientes;

12.4.5 melhoria na experiência do usuário e na qualidade percebida do atendimento.

12.5 O investimento contribui, ainda, para:

12.5.1 padronização de processos assistenciais e operacionais;

12.5.2 fortalecimento da biossegurança e das condições de trabalho das equipes de saúde;

12.5.3 uso racional de recursos, com redução de custos futuros relacionados à manutenção corretiva;

12.5.4 suporte à estratégia institucional de melhoria contínua da gestão hospitalar.

12.6 Diante do exposto, verifica-se que a contratação trará benefícios diretos, mensuráveis e sustentáveis à eficiência, segurança, qualidade e continuidade da assistência, alinhando-se às metas institucionais, às políticas de saúde do Exército e às diretrizes de gestão pública orientada a resultados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar, deverá ser elaborado o Termo de Referência, contendo a especificação detalhada dos equipamentos, requisitos técnicos mínimos, condições de fornecimento, prazos, garantias, assistência técnica, critérios de recebimento e demais elementos essenciais, conforme art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Em seguida, a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) deverá registrar a demanda no SPED 3.0, por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), assegurando a vinculação ao Plano de Contratação Anual (PCA/2025).

13.3 Será elaborada a estimativa de preços, observando o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024, por meio de pesquisas em painéis de preços públicos, consultas a fornecedores e cotações formais.

13.4 Para o atendimento do controle jurídico prévio, será adotado o Parecer Referencial nº 3/2025/DIAQ/SCGP/CGU/AGU, nos termos da Portaria Normativa AGU nº 152/2024, que autoriza sua aplicação dispensando a necessidade de remessa individualizada à Assessoria Jurídica, quando o caso se enquadrar no escopo do parecer.

13.5 Após a validação jurídica mediante Parecer Referencial, o processo seguirá para autorização da autoridade competente, com posterior publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo publicidade, isonomia e transparência.

13.6 Finalizado o certame, deverão ser adotadas as seguintes providências:

13.6.1 formalização e assinatura do Contrato ou instrumento equivalente;

13.6.2 designação do Gestor e Fiscais do Contrato, nos termos dos arts. 117 e 167 da Lei nº 14.133/2021;

13.6.3 emissão da Ordem de Fornecimento;

13.6.4 acompanhamento da execução contratual até o recebimento definitivo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao ciclo de vida dos equipamentos, abrangendo o consumo de energia durante sua operação e o descarte futuro de componentes eletroeletrônicos, insumos e resíduos decorrentes de manutenção ou substituição.

14.2 Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e às diretrizes constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (7ª edição), a opção pela aquisição de equipamentos novos e de primeiro uso, com certificação do INMETRO e SELO ENCE de eficiência energética, quando aplicável, visa:

- 14.2.1 reduzir o consumo de energia elétrica;
- 14.2.2 minimizar impactos ambientais gerados durante o uso dos equipamentos;
- 14.2.3 promover o uso racional de recursos públicos e de infraestrutura hospitalar.

14.3 O descarte dos equipamentos substituídos, quando classificados como obsoletos, inoperantes ou com custo de manutenção excessivo, deverá observar os procedimentos estabelecidos na:

- 14.3.1 Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 14.3.2 Resoluções do CONAMA aplicáveis;
- 14.3.3 Normas e diretrizes de logística reversa, quando previstas pelo fabricante, importador ou distribuidor.

14.4 Os resíduos gerados durante o uso, manutenção ou desmonte dos equipamentos — tais como placas eletrônicas, circuitos, componentes eletromecânicos, cabos, baterias e monitores — deverão ser tratados de acordo com:

- 14.4.1 procedimentos de segregação, coleta e transporte adequados;
- 14.4.2 destinação ambientalmente correta, garantindo rastreabilidade até a etapa final;
- 14.4.3 adoção de empresas ou sistemas licenciados ambientalmente.

14.5 O fornecedor contratado deverá observar, quando aplicável:

- 14.5.1 execução da logística reversa conforme cadeia de fornecimento;
- 14.5.2 cumprimento das normas de biossegurança para ambientes de saúde;
- 14.5.3 fornecimento de manuais de operação, manutenção e descarte ambientalmente seguro ao final da vida útil.

14.6 Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controlados e mitigáveis, sendo tratáveis por meio:

- 14.6.1 da aquisição de equipamentos eficientes e certificados;
- 14.6.2 da adoção de procedimentos de manejo e descarte ambientalmente responsável;
- 14.6.3 do alinhamento à política institucional de sustentabilidade e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do Hospital.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Viabilidade Técnica

15.1.1. Regulamentação Sanitária (ANVISA)

Os equipamentos objeto da contratação estão sujeitos à regulamentação sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devendo possuir registro ou notificação vigente conforme a classe de risco do produto, assegurando segurança clínica, biossegurança e confiabilidade operacional.

15.1.2. Certificação Compulsória (INMETRO)

Para os equipamentos que se enquadram nos requisitos de avaliação de conformidade, é obrigatória a certificação do INMETRO, garantindo padrão mínimo de desempenho, proteção, durabilidade e compatibilidade para uso em ambiente hospitalar.

15.1.3. Eficiência Energética (SELO ENCE / PBE)

Para os equipamentos inseridos no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), exige-se o SELO ENCE, promovendo eficiência energética, redução de consumo e aderência às diretrizes de sustentabilidade e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Organização Militar de Saúde.

15.2. Viabilidade Operacional

15.2.1 A contratação permitirá a substituição de equipamentos obsoletos, inoperantes ou com manutenção economicamente inviável.

15.2.2 A modernização do parque tecnológico contribuirá para a continuidade e qualidade dos atendimentos assistenciais.

15.2.3 A medida assegura redução de riscos clínicos e operacionais, promovendo maior segurança ao paciente e aos profissionais de saúde.

15.2.4 A solução fortalece a padronização e regularidade das rotinas de atendimento.

15.3. Viabilidade Econômica e Financeira

15.3.1 O levantamento de preços foi realizado conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024.

15.3.2 Identificou-se a existência de mercado fornecedor suficiente para atender às especificações técnicas.

15.3.3 Os valores estimados refletem preços praticados e asseguram economicidade e vantajosidade.

15.3.4 O controle jurídico prévio será atendido mediante adoção do Parecer Referencial nº 3/2025/DIAQ/SCGP/CGU/AGU, conforme Portaria Normativa AGU nº 152/2024, dispensando envio à Assessoria Jurídica, quando enquadrado.

15.4. Alinhamento ao Planejamento Institucional

- 15.4.1 A contratação consta no Plano de Contratações Anual – PCA/2025.
- 15.4.2 A demanda está registrada no Documento de Formalização da Demanda (DFD).
- 15.4.3 Há compatibilidade com a programação orçamentária vigente.
- 15.4.4 A contratação está alinhada às metas de manutenção da capacidade assistencial e modernização tecnológica da Unidade.

15.5. Conclusão da Viabilidade

- 15.5.1 A solução é tecnicamente adequada.
- 15.5.2 É operacionalmente necessária.
- 15.5.3 É economicamente vantajosa.
- 15.5.4 Está alinhada ao planejamento institucional e às políticas públicas aplicáveis.
- 15.5.5 Atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade e continuidade do serviço público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE FELICIANO DE ALMEIDA

Integrante Administrativo

LUCIANA PAPALEO CHAVES

Integrante Técnica

EDUARDO DA CUNHA OLIVEIRA

Integrante Técnico

NATHALIA KNOPP DE LIMA

Integrante Técnica

MARCOS ROBERTO DAMO ZOHLER

Integrante Técnico

GUSTAVO DOS SANTOS VIEGAS

Integrante Técnico

ALINE DE ALMEIDA FERRAZ

Integrante Técnica

DIOGO BRINATI PEIXOTO

Integrante Técnico

EDUARDO SIMOES BATISTA

Integrante Técnico

EDIANE DE SOUZA MACEDO

Integrante Técnica

FERNANDO JOSE GOUVEA GALVAO

Integrante Técnico

JOICE MARQUES ALVES DOS SANTOS DO SACRAMENTO

Integrante Técnica

ALINE REGINA MACHADO BATISTA

Integrante Técnica

ALEXSANDER MARQUES DOS SANTOS

Integrante Administrativo

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

ANDREIA MARTINELLI SOBREIRA

Ordenadora de Despesas do HGeJF